Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

3° Trimestre de 2026



3T26

Itaú Unibanco Holding S.A.

Objetivo 1
Principais Indicadores 1
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos 2
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais 2
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição 4
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos 4
Governança de Riscos e Capital 5
Cultura Ituber 6
Apetite de Risco 7
Teste de Estresse 8
Plano de Recuperação e Saída Organizada 9
Avaliação da Adequação de Capital 10
Suficiência de Capital 10
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) 11
Comparação entre informações contábeis e prudenciais 11
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial 12
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco 13
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições 13
PV1: Ajustes prudenciais (PVA) 14
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding 15
Instituições não consolidadas 19
Instituições relevantes 19
Composição de Capital 19
CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) 19
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) 21
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial 23
Indicadores Macroprudenciais 24
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico 24
GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs) 24
Razão de Alavancagem 25
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA) 25
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem 25
Indicadores de Liquidez 26
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez 26
Estrutura e Tratamento 26
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) 27
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) 28

Risco de Crédito 29
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito 29
CR1: Qualidade creditícia das exposições 30
CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos 30
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições 31
Exposições por setor econômico 31
Exposições por prazo remanescente de vencimento 32
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso 32
Exposições por região geográfica no Brasil e por país 32
Maiores exposições 33
Exposições reestruturadas 33
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito 33
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito 34
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito 35
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR) 36
CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB 39
CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB 41
CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco 41
Risco de Crédito de Contraparte 41
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR) 41
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada 42
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco 42
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte 43
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito 43
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais 44
Exposições de Securitização 44
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização 44
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária 45
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação 45
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora 45
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora 45

Risco de Mercado 46
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado 46
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado 48
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos 49
MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT} 51
Exposições sujeitas a risco de mercado 51
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado 52
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético 52
Teste de Aderência 52
Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos 53
IRRBB 53
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB 53
Estrutura e tratamento 54
ORA – Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional 55
OR1 – Histórico de perdas operacionais 57
OR2 – Composição do Indicador de Negócios (BI) 57
OR3 – Requerimento de capital para o risco operacional 58
Outros Riscos 58
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização 58
Riscos Social, Ambiental e Climático 59
Risco de Conformidade e Operacional 60
Risco de Modelo 60
Validação Independente de Modelos de Riscos 60
Risco Reputacional 61
Risco Cibernético 62
Gestão de Crises e Resiliência Operacional 63
Risco de País 63
Risco de Negócio e Estratégia 63
Risco de Contágio 63
Riscos Emergentes 65
Glossário de Siglas 66
Glossário de Regulamentos 69

Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding* S.A. (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês "*Risk Weighted Assets*"), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.[1]

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

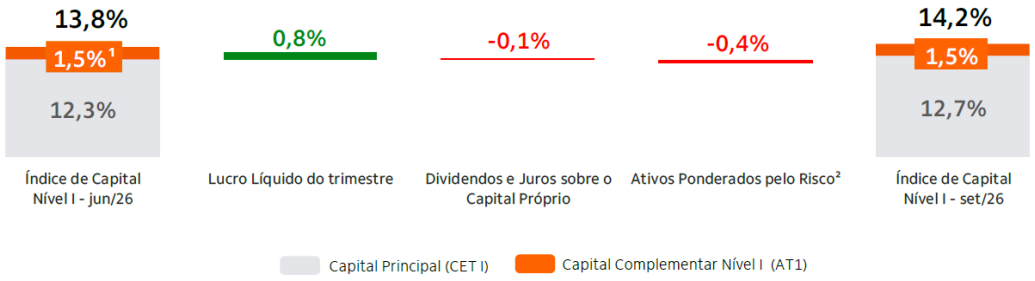
O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 30 de setembro de 2026.

[1] As informações sobre remuneração de administradores são divulgadas anualmente.

Índice de Capital Principal	Índice de Nível I	Índice de Basileia
12,7%	14,2%	15,4%
30 de junho de 2026 *12,3%*	30 de junho de 2026 *14,0%*	30 de junho de 2026 *15,4%*

Capital Principal	Nível I	Patrimônio de Referência
Em milhões	Em milhões	Em milhões
R$ 206.009	R$ 230.718	R$ 251.266
30 de junho de 2026 *R$ 194.742*	30 de junho de 2026 *R$ 220.973*	30 de junho de 2026 *R$ 242.885*

RWA
Em milhões
R$ 1.626.445
30 de junho de 2026 *R$ 1.581.951*



(1) Considerando Capital Complementar Nível 1 (AT1) limitado a 1,5%, conforme Res. CMN Nº 4.958. Não fosse esse limite, o AT1 seria 1,7%. (2) Inclui ajustes prudenciais e patrimoniais.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do requerido para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 30 de setembro de 2026, o PR alcançou R$ 251.266 milhões, sendo R$ 230.718 milhões referentes a Nível I e R$20.548 milhões referentes a Nível II.

Em R$ milhões	30/09/2026	30/06/2026	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Capital regulamentar					
Capital Principal	206.009	194.742	186.771	185.595	195.917
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.	205.975	194.708	186.742	185.552	195.874
Nível I	230.718	220.973	209.183	208.161	215.466
Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	230.684	220.939	209.154	208.118	215.423
Patrimônio de Referência (PR)	251.266	242.885	230.527	228.589	238.430
Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	251.232	242.851	230.498	228.546	238.387
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	1.626.445	1.581.951	1.560.810	1.505.475	1.454.242
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	1.626.404	1.581.910	1.560.781	1.505.432	1.454.199
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	12,7%	12,3%	12,0%	12,3%	13,5%
Índice de Capital Principal (ICP) considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b	12,7%	12,3%	12,0%	12,3%	13,5%
Índice de Nível 1 (%)	14,2%	14,0%	13,4%	13,8%	14,8%
Índice de Nível 1, considerando: Numerador: corresponde à linha 2a; Denominador: corresponde à linha 4b	14,2%	14,0%	13,4%	13,8%	14,8%
Índice de Basileia	15,4%	15,4%	14,8%	15,2%	16,4%
Índice de Basileia, considerando: Numerador: corresponde à linha 3a; Denominador: corresponde à linha 4b	15,4%	15,4%	14,8%	15,2%	16,4%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) [1]	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) [2]	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
Margem excedente de Capital Principal (%)	3,9%	3,8%	3,2%	3,6%	4,8%
Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	3,9%	3,8%	3,2%	3,6%	4,8%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	3.294.588	3.272.146	3.230.125	2.983.477	2.921.612
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	3.294.559	3.272.117	3.230.082	2.983.434	2.921.569
RA (%)	7,0%	6,8%	6,5%	7,0%	7,4%
RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a	7,0%	6,8%	6,5%	7,0%	7,4%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	418.067	380.866	371.058	389.723	367.777
Total de saídas líquidas de caixa	203.158	188.536	190.159	181.290	168.176
LCR (%)	205,8%	202,0%	195,1%	215,0%	218,7%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.576.506	1.528.168	1.491.577	1.499.680	1.408.603
Recursos estáveis requeridos (RSF)	1.274.034	1.251.850	1.222.668	1.202.060	1.142.829
NSFR (%)	123,7%	122,1%	122,0%	124,8%	123,3%

1) ACPContracíclico é fixado pelas autoridades monetárias das jurisdições que o Banco Itaú possui exposição sendo as mais relevantes o Brasil, em que o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) define em zero (Comunicado BACEN nº 43.228/25), e o Chile, que está definido em 0,5%.
2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

O Índice de Basileia atingiu 15,4% em 30/09/2026, aumento de 0,2 p.p. em relação ao apurado em 31/12/2025. O crescimento do índice reflete principalmente o resultado do período e a emissão de dívidas subordinadas perpétuas, efeitos parcialmente compensados pelo pagamento de juros sobre o capital próprio e pelo crescimento do RWA.

Em setembro/26, o Itaú Unibanco Holding emitiu R$ 5,0 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 que possuem vencimento em outubro/2036 e abril/2037. As letras financeiras contribuíram para o Capital de Nível 2, com impacto de 0,3 p.p..

Além disso, O Itaú Unibanco Holding recomprou R$ 1,4 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Nível 1 emitidas em janeiro/2019 e R$ 6,6 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 emitidas em setembro/2021. O impacto destas recompras nos índices de capitalização foi de 0,1 p.p. e 0,4 p.p., respectivamente.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R$ 121.150 milhões, equivalente a 7,4 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,6% (R$ 57.895 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 3,9 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 30 de setembro de 2026, o índice de imobilização atingiu 18,1%, apresentando uma folga de R$ 80.123 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o Apetite de Riscos articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de Apetite de Risco, que é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS, do inglês “Risk Appetite Statement”) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, o programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês "*Chief Risk Officer*"), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação de clientes: a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores,

clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;

- Cultura de risco: a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;

- Apreçamento do risco: o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;

- Diversificação: a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados;

- Excelência operacional: o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável para oferecer serviços de alta qualidade;

- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiadospresididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o Itaú Unibanco segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o Itaú Unibanco adere a diretrizes como a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), aos Principles for Responsible Banking (PRB) da United Nations Environment Programme - Finance Initiative e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o Itaú Unibanco também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados;

- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;

- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura Ituber

A gestão de riscos é um elemento intrínseco e transversal na cultura Ituber, que enfatiza a responsabilidade individual de cada colaborador, independente do nível hierárquico, orientando decisões e atitudes baseadas em ética e na redução de riscos que possam afetar o negócio, clientes e sociedade.

Como parte essencial da cultura organizacional, a gestão de riscos influencia a avaliação de desempenho, que considera o alinhamento de cada colaborador aos valores da empresa, com destaque para os seguintes aspectos:

- **Para gente, ética é inegociável:** a integridade permeia todas as decisões e ações, fortalecendo o gerenciamento de riscos
- **A gente é movido por resultado:** o crescimento sustentável é priorizado, com atenção aos riscos e impactos das soluções, garantindo segurança e visão de longo prazo
- **A gente não sabe tudo:** a tomada de decisão é orientada por dados, permitindo a identificação e mitigação de riscos
- **A gente vai de turma:** o trabalho em equipe e a sinalização de questões críticas no momento adequado

são fundamentais para evitar ou mitigar riscos

- **A gente quer diversidade:** o conhecimento de oportunidades e riscos socioambientais é essencial para o desenvolvimento de negócios responsáveis

A cultura Ituber reforça que a gestão de riscos não é apenas uma prática, mas um valor que permeia todas as dimensões do negócio.

Para entender mais sobre como a cultura Ituber e a gestão de riscos sustentam nosso negócio, acesse o Relatório Anual Integrado.

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do Itaú Unibanco, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada umas delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- Capitalização: reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse, e dos ratings de emissão de dívidas da instituição.

- Liquidez: reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de funding que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do Itaú Unibanco deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada por meio do acompanhamento dos indicadores de liquidez.

- Composição dos resultados: tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- Risco operacional: aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.

- Reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.

- Clientes: aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do Apetite de Risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do Chief Risk Officer (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

Plano de Recuperação e Saída Organizada

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 5.187 e Resolução BCB nº 440/24, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. O Plano de Recuperação tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Já o Plano de Saída Organizada é composto por um conjunto de medidas adotadas ou determinadas pelo Banco Central do Brasil quando constatada a inviabilidade ou a perspectiva de inviabilidade da instituição, com o objetivo de mitigar danos à estabilidade do SFN, do SPB ou à economia real decorrentes da sua descontinuidade.

O Itaú Unibanco possui um relatório que contempla todo o Conglomerado e contém a descrição dos itens abaixo:

I – Funções críticas: atividades executadas pelas entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução para terceiros, cuja descontinuidade possa comprometer a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia real, devido à dimensão de sua participação na oferta de mercado, às suas interconexões, à sua complexidade ou a outras situações que as impeçam de ser imediatamente substituídas pelo mercado.

II – Serviços essenciais da instituição: serviços prestados para uma ou mais entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução, cuja paralisação prejudicaria o funcionamento de uma linha de negócio principal.

III - Instituição de Transição: constituída ou reorganizada para a qual sejam transferidos, no todo ou em parte, bens, direitos e obrigações da instituição submetida a resolução, objetivando a continuidade geral ou parcial de seu negócio ou atividade;

IV - Linhas de negócios principais: atividades imprescindíveis para a viabilidade do conglomerado prudencial ou do grupo econômico, em situação de normalidade, por serem fontes materiais de receita, de ganho de capital ou de valor de mercado;

V – Programa de monitoramento mensal, estabelecendo níveis críticos para um conjunto de indicadores, com vistas ao acompanhamento dos riscos e eventual gatilho para execução do PRSO;

VI – Cenários de estresse, contemplando eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição, incluindo testes reversos, que procuram identificar cenários remotos de risco, contribuindo para aumento da sensibilidade na gestão;

VII – Estratégias de recuperação e resolução em resposta a diferentes cenários de estresse, incluindo os principais riscos e barreiras, além dos mitigadores destes últimos e os procedimentos para a operacionalização de cada estratégia;

VIII – Plano de comunicação com partes interessadas, buscando tempestividade na execução do Plano, com o mercado, reguladores e demais públicos de interesse;

IX – Mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do PRSO, como por exemplo, a definição do diretor responsável pelo exercício no Itaú Unibanco.

Este plano é revisado bienalmente, sempre que houver alterações materiais ou revisado por determinação do Bacen, e é submetido à aprovação do Conselho de Administração.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação e saída organizada;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e Instrução Normativa 686.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2025 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.

- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.

- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.

- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

	RWA		Requerimento mínimo de PR
Em R$ milhões	**30/09/2026**	**30/06/2026**	**30/09/2026**
Risco de crédito em sentido estrito	1.235.327	1.211.897	98.826
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.153.283	1.135.652	92.263
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	82.044	76.245	6.564
Risco de crédito de contraparte (CCR)	42.380	37.727	3.390
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	33.430	26.461	2.674
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	8.950	11.266	716
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	4.809	5.677	385
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	726	734	58
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	14.778	14.567	1.182
Risco de mercado	**60.865**	**56.563**	**4.869**
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	74.457	69.388	5.956
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	43.053	39.518	3.444
Risco operacional [1]	**190.307**	**181.754**	**15.225**
Risco de Pagamentos (RWA_{SP})	NA	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	77.253	73.032	6.180
Total	**1.626.445**	**1.581.951**	**130.115**

1) A parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad) é apurada de acordo com a Resolução BCB nº 356/2023 a partir de jan/25.

Aumento de R$ 18 bilhões relacionado principalmente à parcela de risco de crédito (RWACPAD)

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreçamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreçamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreçamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreçamento e está comprometida em garantir o apreçamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreçamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreçamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R$ milhões, ao final do período							30/09/2026
			Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria				
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativo							
Circulante e Não Circulante	3.309.798	2.891.753	2.353.016	451.540	35.437	481.221	51.760
Disponibilidades	34.263	34.207	34.207	-	-	6.698	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	411.020	402.924	60.352	342.572	-	25.378	-
Títulos e Valores Mobiliários	975.270	579.747	543.407	-	35.437	171.669	903
Derivativos	110.849	110.920	-	108.968	-	8.491	1.952
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.258.085	1.260.386	1.220.190	-	-	193.614	40.196
Relações Interfinanceiras e Interdependências	314.011	314.011	314.011	-	-	91	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	98.214	93.397	84.688	-	-	-	8.709
Outros Ativos	108.086	96.161	96.161	-	-	75.280	-
Permanente	37.989	63.729	45.528	-	-	-	18.201
Investimentos	9.140	37.221	35.862	-	-	-	1.359
Imobilizado de Uso	10.138	9.666	9.666	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento			-	-	-	-	-
Ágio e Intangível	18.711	16.842	-	-	-	-	16.842
Total do Ativo	**3.347.787**	**2.955.482**	**2.398.544**	**451.540**	**35.437**	**481.221**	**69.961**
Passivo							
Circulante e Não Circulante	3.118.892	2.682.865	-	529.473	-	330.686	2.153.392
Depósitos	1.162.322	1.173.514	-	-	-	88.791	1.173.514
Captações no Mercado Aberto	503.578	503.919	-	486.837	-	74.650	17.082
Instrumentos de Dívida	434.435	429.917	-	-	-	2.989	429.917
Obrigações por Empréstimos e Repasses	143.083	143.081	-	-	-	2.296	143.081
Derivativos	102.691	102.682	-	42.636	-	9.836	60.046
Relações Interfinanceiras e Interdependências	116.452	116.115	-	-	-	2.291	116.115
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.490	2.491	-	-	-	-	2.491
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	396.799	-	-	-	-	-	-
Demais Provisões	16.460	16.238	-	-	-	-	16.238
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	24.101	18.833	-	-	-	-	18.833
Outros Passivos	216.481	176.075	-	-	-	149.833	176.075
Total do Passivo	**3.118.892**	**2.682.865**	**-**	**529.473**	**-**	**330.686**	**2.153.392**

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R$ milhões					30/09/2026
		Valores			
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.885.521	2.398.544	451.540	35.437	481.221
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	529.473	-	529.473	-	330.686
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	2.356.048	2.398.544	(77.933)	35.437	150.535
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	316.181	189.555	126.626	0	0
Diferenças no apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	508.394	-11.966	520.360	0	0
Exposições consideradas para fins prudenciais	**3.180.623**	**2.576.133**	**569.053**	**35.437**	**150.535**

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R$ milhões								30/09/2026
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	2	-	**2**	-	2
Custo de liquidação das posições	-	-	-	*2*	-	**2**	-	*2*
Concentração de mercado	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Risco de pagamento antecipado	-	2	-	11	-	**13**	-	13
Risco de modelo	56	31	-	9	-	**96**	56	40
Risco operacional	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Outros	-	-	-	-	-	**-**	-	-
Total	**56**	**33**	**-**	**22**	**-**	**111**	**56**	**55**

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial [3,4]	País de Origem [1]	% Participação Total
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Avenue Cash LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Holding Financeira LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Securities Banco De Investimento S.A.	Brasil	50,10%
Avenue Securities LLC	Estados Unidos	50,10%
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça	100,00%
Banco Itaú Chile	Chile	67,42%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
Erythrina FIDC Segm Infra e Agro Responsabilidade	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	95,66%
FIDC Kiwify	Brasil	81,76%
FIDC Marobá [2]	Brasil	100,00%
FIDC Mobilitas	Brasil	83,68%
FIDC Sumup Solo	Brasil	92,06%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	53,88%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ECO INVEST BRASIL	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	43,42%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ventures	Brasil	100,00%
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.	Brasil	50,10%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	50,10%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	67,08%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	Uruguai	100,00%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Chile New York Branch.	Estados Unidos	67,42%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.
2) O Fundo NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios alterou o razão social para FIDC Marobá
3) A empresa Itau Bank, Ltd. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/08/2026.
4) A empresa Banco Itaucard S.A. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/08/2026.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial	País de Origem [1]	% Participação Total
Itaú Colombia S.A	Colômbia	67,08%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	67,09%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%
Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	67,07%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itau Isento Marco 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	Brasil	0,03%
Itau Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	Brasil	0,04%
Itau Isento Marco 30 FIC De Fundos Incentivados De Inv Financeiro Em Infra RF Resp Limitada [2]	Brasil	0,01%
Itau Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	Brasil	0,03%
Itau Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	Brasil	0,76%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itauba Fiagro Responsabilidade Limitada	Brasil	4,51%
Itauba FIP Infraestrutura Resp Limitada Invest BRL	Brasil	1,19%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea Atacama FIF RF Resp L	Brasil	7,76%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliario	Brasil	99,98%
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	Brasil	100,00%
Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	Brasil	99,68%
Kinea IMA- B5 Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	Brasil	100,00%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Porto De Sergipe II FIDC Direitos Creditorios LTDA	Brasil	100,00%
Porto De Sergipe III FIDC Direitos Creditorios LTD	Brasil	100,00%
Porto De Sergipe IV FIDC Direitos Creditorios LTDA	Brasil	100,00%
Porto De Sergipe V FIDC Direitos Creditorios LTDA	Brasil	10000,00%
Porto De Sergipe VI FIDC Direitos Creditorios LTDA	Brasil	10000,00%
Porto Sergipe I FIDC De Dir. Cred. Resp. LTDA.	Brasil	10000,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
Riblinor S.A.	Uruguai	75,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Singular Global Fundo de Investimento Financeiro	Brasil	100,00%
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00%
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00%
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	Brasil	100,00%
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.
2) O Fundo Itau Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada alterou o razão social para Itau Isento Marco 30 FIC De Fundos Incentivados De Inv Financeiro Em Infra RF Resp Limitada

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário [2]	País de Origem [1]	% Participação Total
Administradora de Fondos de Ahorro Previsional Itaú S.A.	Uruguai	100,00%
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Avenue Delaware LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Digital Assets LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Global Advisors LLC	Estados Unidos	50,10%
Avenue Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	50,10%
Avenue Holding LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Holdings INC.	Estados Unidos	50,10%
Avenue Securities Gestora De Recursos LTDA.	Brasil	50,10%
Avenue Services LLC	Estados Unidos	50,10%
Avita Corretora de Seguros S.A.	Brasil	80,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA	Brasil	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Conexão Tecnologia de Pagamentos LTDA	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U	Argentina	100,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	67,42%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Chile Participaciones SpA	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	67,41%
Itaú Corredores de Seguros Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	67,42%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
Itaú International Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Sociedade Prestadora de Serviços Ativos Virtuais LTDA	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itau Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Kinea US Asset Management LLC	Estados Unidos	80,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
Myprofit Crossborder Technologies S.A.	Brasil	100,00%
Pont Sociedad Anónima	Paraguai	100,00%
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem
2) A empresa Itaú Asesorías Financieras Limitada compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 30/06/2026.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	País de Origem [1]	% Participação Total
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	67,42%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
Red Visual S.A.	Uruguai	100,00%
Resonet S.A.	Uruguai	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	100,00%
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Mocah Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation II Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SP Alameda Franca LTDA	Brasil	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Jabaquara Ltda.	Brasil	100,00%
SP Av. Rangel Pestana Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Padre João Manuel Ltda.	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda.	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Senador Queiros Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
SPE IRA 01 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 02 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 03 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 04 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 05 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 06 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 07 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 08 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 09 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 10 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 11 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 12 LTDA	Brasil	100,00%
Spe Ira 13 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 14 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 15 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 16 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 17 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 18 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 19 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 20 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 21 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 22 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 23 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 24 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 25 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 26 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 27 Ltda	Brasil	100,00%
SPE IRA 28 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 29 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 31 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 32 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 33 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 34 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 35 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 36 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 37 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 38 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 39 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 40 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 41 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 42 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 43 LTDA	Brasil	100,00%
Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	100,00%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas	País de Origem [1]	% Participação Total [2]
BANFUR International S.A.	Panamá	30,00%
Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A	Brasil	49,00%
Caja de Valores del Paraguay S.A.	Paraguai	9,09%
CIP S.A	Brasil	22,89%
Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	80,00%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	50,17%
PREX Holding LLC	Estados Unidos	30,00%
Rede Agro Fidelidade e Intermediação	Brasil	12,82%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,75%
Totvs Techfin S.A.	Brasil	50,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.
2) Considera apenas participação direta.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R$ milhões			30/09/2026		30/06/2026	
Instituições	País	Segmento	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	6.435	1.028	6.215	911
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.420	1.320	1.368	1.272
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	5.871	1.105	2.368	850
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	14.253	4.269	12.563	3.569
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	389.775	4.885	377.100	4.517
Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	13.515	13.436	12.204	12.146
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	58.166	56.502	57.423	56.189
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	636	566	2.015	543

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;

- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e

- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) está disponível em www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) [1]

		30/09/2026	
		Valor (R$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	136.909.898	(k)
2	Reservas de lucros	83.773.940	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	(571.100)	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	5.988.257	(j)
6	**Capital Principal antes dos ajustes prudenciais**	**226.100.995**	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	110.657	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.406.129	(e)
9	Ativos intangíveis	15.722.931	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	1.101.208	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	(285.180)	
12	Déficit de provisões em relação às perdas esperadas	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	232.772	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	1.824.706	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	1.070.961	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	753.745	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(21.090)	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	(21.090)	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	**Total de deduções regulatórias ao Capital Principal**	**20.092.133**	
29	**Capital Principal**	**206.008.862**	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	23.745.282	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	23.745.282	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	963.833	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	24.709.115	

Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	**Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar**	**-**	
44	**Capital Complementar**	**24.709.115**	
45	**Nível I**	**230.717.977**	
Nível II: instrumentos e provisões			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	19.716.440	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	726.877	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
50	Superávit de provisões em relação à perdas esperadas	104.508	
51	**Nível II antes das deduções regulatórias**	**20.547.825**	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	**Total de deduções regulatórias ao Nível II**	**-**	
58	**Nível II**	**20.547.825**	
59	**Patrimônio de Referência**	**251.265.802**	
60	**Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)**	**1.626.445.000**	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	**Índice de Capital Principal (ICP)**	**12,7%**	
62	**Índice de Nível I (IN1)**	**14,2%**	
63	**Índice de Basileia (IB)**	**15,4%**	
64	**Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)**	**3,6%**	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,1%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,9%	
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco			
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	2.128.127	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	18.136.688	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	12.764.641	(c)
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)			
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

1) O ajuste no patrimônio líquido, oriundo da adoção dos critérios de constituição de provisões para perdas esperadas previstos na Resolução CMN Nº 4.966, impactou o capital de maneira faseada conforme definido na Resolução CMN nº 5.199.

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R$ milhões, ao final do período	30/09/2026		
Balanço Patrimonial Consolidado [1]	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado [2]
Ativo			
Circulante e Não Circulante	3.309.798	2.891.753	
Disponibilidades	34.263	34.207	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	411.020	402.924	
Títulos e Valores Mobiliários	975.270	579.747	
Derivativos	110.849	110.920	
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.258.085	1.260.386	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	314.011	314.011	
Ativos Fiscais Corrente e Diferidos	98.214	93.397	(b) / (c)
Outros Ativos	108.086	96.161	(b) / (d)
Permanente	37.989	63.729	
Investimentos	9.140	37.221	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	10.138	9.666	
Ágio e Intangível	18.711	16.842	(e) / (h) / (i)
Total do Ativo	**3.347.787**	**2.955.482**	
Passivo			
Circulante e Não Circulante	**3.118.892**	**2.682.865**	
Depósitos	1.162.322	1.173.514	
Captações no Mercado Aberto	503.578	503.919	
Instrumentos de Dívida	434.435	429.917	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	143.083	143.081	
Derivativos	102.691	102.682	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	116.452	116.115	
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	2.490	2.491	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	396.799	-	
Demais Provisões	16.460	16.238	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	24.101	18.833	(b) / (c)
Outros Passivos	216.481	176.075	(b) / (d)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	**219.894**	**219.880**	
Capital Social	136.910	136.910	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	(679)	(571)	(m)
Reservas de Lucros	83.896	83.774	(l)
(Ações em Tesouraria)	(233)	(233)	(n)
Participações de Acionistas Não Controladores	9.001	52.737	(j)
Total do Patrimônio Líquido	**228.895**	**272.617**	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**3.347.787**	**2.955.482**	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.
2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais

CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do $ACP_{Contracíclico}$

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do $ACP_{contracíclico}$, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R$ milhões **30/09/2026**

Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACPContracíclico		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACPContracíclico [3]
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB		
Brasil	-	2.308.812	893.737		
Chile	0,50%	200.993	121.092	0,06%	970
Uruguai	1,00%	44.969	29.554		
Espanha	0,50%	2.660	2.014		
Luxembrugo	0,50%	3.581	1.558		
Reino Unido	2,00%	2.625	1.363		
Holanda	2,00%	1.336	874		
França	1,00%	1.363	806		
Suécia	2,00%	649	577		
Alemanha	0,75%	315	238		
Noruega	2,50%	131	68		
Dinamarca	2,50%	62	31		
Irlanda	1,50%	60	11		
República Tcheca	1,25%	17	3		
Bélgica	1,25%	14,00	-		
Subtotal [1]		2.567.587	1.051.926		
Total [2]		**2.625.548**	**1.142.834**	**0,06%**	**970**

1) Soma das parcelas RWACPrNBi relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.
2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contraciclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.
3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R$ milhões	30/09/2026	30/06/2026
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	3.347.787	3.226.840
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(392.305)	(380.422)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.955.482	2.846.418
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	202.492	166.405
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	5.086	11.509
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	190.162	296.563
Outros ajustes	(58.634)	(48.749)
Exposição Total	**3.294.588**	**3.272.146**

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R$ milhões	30/09/2026	30/06/2026
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	2.512.823	2.494.957
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(20.055)	(25.973)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	**2.492.768**	**2.468.984**
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	60.508	66.261
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	136.492	101.092
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	-	-
Valor de referência dos derivativos de crédito	85.735	91.068
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(19.735)	(25.755)
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	**263.000**	**232.666**
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	342.572	235.846
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	5.086	11.509
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	26.579
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	**347.658**	**273.934**
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	749.385	746.410
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(559.223)	(449.848)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	**190.162**	**296.562**
Capital e Exposição Total		
Nível I	**230.718**	**220.973**
Exposição Total	**3.294.588**	**3.272.146**
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	**7,0%**	**6,8%**

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;

- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;

- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;

- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	30/09/2026 (1)		30/06/2026 (1)	
	Valores não ponderados (R$ mil) (2)	Valores ponderados (R$ mil) (3)	Valores não ponderados (R$ mil) (2)	Valores ponderados (R$ mil) (3)
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		418.067.070		380.865.698
Saídas de caixa (4)				
Captações de varejo, das quais:	762.705.229	87.625.694	787.043.442	84.141.881
Captações estáveis	328.678.831	16.433.941	317.628.610	15.881.431
Captações menos estáveis	434.026.397	71.191.752	469.414.831	68.260.450
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	302.921.684	153.888.759	324.768.608	143.522.223
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	34.597.007	8.549.751	36.499.154	8.153.878
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	260.241.839	137.256.169	286.260.662	133.359.554
Obrigações não colateralizadas	8.082.837	8.082.837	2.008.792	2.008.792
Captações de atacado colateralizadas		55.786.860		50.102.326
Requerimentos adicionais, dos quais:	91.540.919	30.719.821	96.006.265	34.191.759
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	25.666.994	23.470.354	30.272.324	27.881.059
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	3.093.463	3.093.463	2.135.713	2.135.713
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	62.780.461	4.156.003	63.598.228	4.174.987
Outras obrigações contratuais	118.264.082	118.264.082	122.253.122	122.253.122
Outras obrigações contingentes	337.132.528	20.543.186	323.162.983	23.738.243
Total de saídas de caixa		466.828.403		457.949.555
Entradas de caixa (4)				
Empréstimos colateralizados	190.563.140	4.308.240	172.111.113	1.493.824
Operações em aberto, integralmente adimplentes	55.423.810	29.114.368	56.628.162	28.975.907
Outras entradas de caixa	230.263.331	230.248.068	238.960.172	238.943.895
Total de entradas de caixa	476.250.282	263.670.676	467.699.447	269.413.628
		Valor Total Ajustado (5)		**Valor Total Ajustado** (5)
Total HQLA		418.067.070		380.865.698
Total de saídas líquidas de caixa		203.157.726		188.535.927
LCR (%)		**205,8%**		**202,0%**

1) Corresponde à média diária de 63 observações no 3T26 e 61 observações no 2T26.
2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.
3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.
4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.
5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R$ 418,1 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R$ 203,2 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 205,8% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R$ mil)				
30/09/2026	Sem Vencimento [1]	Menor do que seis meses [1]	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano [1]	Maior ou igual a um ano [1]	Valor após a ponderação (R$ mil) [2]
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) [3]					
Capital	**-**	**-**	**-**	**272.122.751**	**272.122.751**
Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	-	-	-	228.661.028	228.661.028
Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	43.461.723	43.461.723
Captações de varejo, das quais:	**181.163.473**	**697.623.654**	**7.256.147**	**2.551.257**	**816.818.267**
Captações estáveis	72.163.595	263.732.963	664.731	43.678	319.776.902
Captações menos estáveis	108.999.878	433.890.691	6.591.417	2.507.578	497.041.365
Captações de atacado, das quais:	**73.795.681**	**890.714.566**	**89.314.607**	**157.250.144**	**403.972.359**
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	30.295.295	-	-	-	15.147.647
Outras captações de atacado	43.500.386	890.714.566	89.314.607	157.250.144	388.824.712
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	**-**	**175.665.445**	**14.572.243**	**1.393.682**	**-**
Outros passivos, dos quais:	**107.276.551**	**156.024.181**	**11.470.044**	**77.857.875**	**83.592.897**
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero		**33.207.439**	-	-	
Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	107.276.551	122.816.742	11.470.044	77.857.875	83.592.897
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					**1.576.506.275**
Recursos Estáveis Requeridos (RSF) [3]					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					**58.576.869**
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não- financeiras e bancos centrais, dos quais:	**6.935.651**	**655.615.979**	**163.752.742**	**797.248.995**	**909.184.930**
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	26.180.607	-	274.158	2.892.219
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	5.354.333	29.889.541	10.601.045	16.901.032	28.787.241
Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	244.823	549.088.325	105.618.293	343.438.534	491.501.511
Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	10.924.999	7.101.250
Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	16.511.389	14.884.910	185.530.384	134.230.376
Operações que atendem ao disposto na Resolução BCB nº 229, de 2022, art. 50, incisos I, II e III, e art. 51, incisos I e II	-	-	-	134.055.774	108.242.508
Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	1.336.495	33.946.117	32.648.493	251.104.887	251.773.584
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	**-**	**183.439.549**	**16.149.629**	**1.807.960**	**-**
Outros ativos, dos quais:	**51.141.401**	**175.191.459**	**8.337.136**	**192.500.036**	**289.026.529**
Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-
Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central		-	-	21.623.074	18.379.612
Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero		34.802.495	-	13.340.215	7.024.857
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação		-	-	1.771.560	1.771.560
Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	51.141.401	140.388.965	8.337.136	155.765.188	261.850.499
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	**894.823.796**	7.542.891	-	-	**17.245.570**
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					**1.274.033.898**
NSFR (%)					**123,7%**

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).
2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.
3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

	Valor Total Ponderado [1]	
Em R$ mil	**30/09/2026**	**30/06/2026**
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.576.506.275	1.528.167.962
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	1.274.033.898	1.251.850.254
NSFR (%)	**123,7%**	**122,1%**

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R$ 1.576,5 bilhões no 3º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R$ 1.274,0 bilhões no 3º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 123,7%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, "Relatórios".

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R$ milhões **30/09/2026**

	Valor bruto:					
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA_{CPAD}	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA_{CIRB}	Valor líquido (a+b-c)
Concessão de crédito	49.305	1.113.154	48.139	47.788	351	1.114.320
Títulos de dívida	8.864	755.269	7.245	-	-	756.888
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	385.521	2	-	-	385.519
dos quais: outros títulos	8.864	369.748	7.243	-	-	371.369
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	3.200	768.505	2.490	2.482	8	769.215
Total	**61.369**	**2.636.928**	**57.874**	**50.270**	**359**	**2.640.423**

CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos

Em R$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (30/06/2026)	60.218
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	11.850
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	(1.477)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(9.211)
Outros ajustes	(11)
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (30/09/2026)	**61.369**

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Exposições por setor econômico

Total das Exposições

Em R$ milhões	30/09/2026	
	Carteira	
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)
Pessoa Jurídica	**1.603.166**	**1.623.878**
Setor Público	**542.007**	**542.425**
ENERGIA	2.507	2.509
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	9.625	9.625
DIVERSOS	529.875	530.291
Setor Privado	**1.061.159**	**1.081.453**
AÇÚCAR E ALCOOL	6.509	6.576
AGRO E FERTILIZANTES	41.163	41.564
ALIMENTOS E BEBIDAS	55.648	56.543
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	79.069	79.054
BENS DE CAPITAL	19.441	19.951
CELULOSE E PAPEL	20.289	20.401
ELETROELETRÔNICOS & TI	25.039	25.553
EMBALAGENS	6.799	6.866
ENERGIA & SANEAMENTO	82.752	83.830
ENSINO	9.980	10.149
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	26.682	27.113
IMOBILIÁRIO	74.475	75.632
LAZER & TURISMO	24.497	25.160
MADEIRA & MÓVEIS	12.372	12.714
MAT CONSTRUÇÃO	14.167	14.495
METALURGIA/SIDERURGIA	24.924	25.414
MÍDIA	2.381	2.409
MINERAÇÃO	13.250	13.335
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	21.688	22.120
PETRÓLEO & GÁS	19.149	19.990
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	27.568	28.000
SAÚDE	17.054	17.357
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	1.282	1.284
TELECOMUNICAÇÕES	18.729	19.624
VESTUÁRIO & CALÇADOS	13.221	13.508
TRADINGS	6.332	6.451
TRANSPORTES	53.330	54.203
UTILIDADES DOMÉSTICAS	3.993	4.063
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	45.533	46.078
TERCEIRO SETOR	590	594
EDITORIAL E GRÁFICO	7.712	7.897
COMÉRCIO - DIVERSOS	77.441	79.930
INDÚSTRIA - DIVERSOS	9.443	9.638
SERVIÇOS - DIVERSOS	148.172	152.675
DIVERSOS	50.485	51.282
Pessoa Física	1.037.257	1.074.419
Total Geral	**2.640.423**	**2.698.297**

Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos

Em R$ milhões	30/09/2026		
	Carteira		
	Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Pessoa Jurídica	**25.981**	**12.204**	**1.751**
Setor Público	**-**	**-**	**-**
ENERGIA	-	-	-
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-
Setor Privado	**25.981**	**12.204**	**1.751**
AÇÚCAR E ALCOOL	110	59	-
AGRO E FERTILIZANTES	552	237	169
ALIMENTOS E BEBIDAS	901	519	109
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	69	25	2
BENS DE CAPITAL	958	406	25
CELULOSE E PAPEL	119	57	5
ELETROELETRÔNICOS & TI	690	424	69
EMBALAGENS	69	44	19
ENERGIA & SANEAMENTO	1.421	337	3
ENSINO	162	95	35
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	438	260	63
IMOBILIÁRIO	2.162	864	104
LAZER & TURISMO	540	330	107
MADEIRA & MÓVEIS	440	230	47
MAT CONSTRUÇÃO	342	187	62
METALURGIA/SIDERURGIA	574	348	78
MÍDIA	22	10	2
MINERAÇÃO	63	12	5
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	221	123	8
PETRÓLEO & GÁS	1.714	833	18
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	630	309	40
SAÚDE	285	179	26
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	3	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	1.405	827	7
VESTUÁRIO & CALÇADOS	307	189	39
TRADINGS	143	89	8
TRANSPORTES	1.090	538	65
UTILIDADES DOMÉSTICAS	83	45	14
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	545	299	82
TERCEIRO SETOR	2	1	-
EDITORIAL E GRÁFICO	180	115	23
COMÉRCIO - DIVERSOS	4.170	1.820	268
INDÚSTRIA - DIVERSOS	69	42	8
SERVIÇOS - DIVERSOS	4.100	1.782	231
DIVERSOS	1.402	569	10
Pessoa Física	35.388	19.702	7.460
Total Geral	**61.369**	**31.906**	**9.211**

Exposições por prazo remanescente de vencimento

Em R$ milhões	30/09/2026				
	Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) [1]				
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
	498.853	186.429	811.443	518.821	**2.015.546**

Em R$ milhões	30/09/2026				
	Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) [1]				
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
	521.550	188.847	834.620	527.372	**2.072.389**

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R$ milhões	30/09/2026
	Carteira Bruta
	Total da Exposição em atraso [1]
menor que 30 dias	8.880
entre 31 e 90 dias	15.025
entre 91 e 180 dias	13.089
entre 181 e 365 dias	13.823
maior que 365 dias	661
Total	**51.478**

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Total das Exposições

Em R$ milhões	30/09/2026	
	Carteira	
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)
Sudeste	1.255.790	1.289.499
Sul	212.511	218.601
Norte	33.777	35.475
Nordeste	154.026	160.165
Centro-Oeste	103.556	107.032
Território nacional [1]	385.518	385.521
Brasil	**2.145.178**	**2.196.293**
Argentina	114	117
Chile	203.762	207.839
Colômbia	32.616	33.218
Estados Unidos	64.642	64.800
Paraguai	37.443	38.195
Reino Unido	22.799	22.989
Suiça	2.616	2.616
Uruguai	61.011	61.661
Outros	70.242	70.569
Exterior	**495.245**	**502.004**
Total Geral	**2.640.423**	**2.698.297**

Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos

Em R$ milhões	30/09/2026		
	Carteira		
	Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Sudeste	35.362	18.653	5.020
Sul	6.554	3.592	1.144
Norte	1.510	956	311
Nordeste	5.812	3.546	1.429
Centro-Oeste	3.436	1.964	678
Território nacional [1]	-	-	-
Brasil	**52.674**	**28.711**	**8.582**
Argentina	-	-	-
Chile	6.403	1.955	513
Colômbia	929	452	45
Estados Unidos	-	-	-
Paraguai	521	379	23
Reino Unido	498	173	-
Suiça	-	-	-
Uruguai	341	234	48
Outros	3	2	-
Exterior	**8.695**	**3.195**	**629**
Total Geral	**61.369**	**31.906**	**9.211**

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

Maiores exposições

Em R$ milhões	30/09/2026
Operações de Crédito,Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) (1)	**Exposição**	**% da Carteira**
10 Maiores Devedores	462.930	17,7%
100 Maiores Devedores	629.219	24,1%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

Em R$ milhões	30/09/2026	
	Ativos Problemáticos	**Demais**
Exposições reestruturadas (1)	14.645	4.679

1) Exposições reestruturadas em vigor decorrente da nova resolução 4.966 na presente competência.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante

a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito(1)

Em R$ milhões **30/09/2026**

	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
Concessão de crédito	936.580	133.401	15.051	118.350	-
Títulos de dívida	437.740	487	361	126	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	183.437	3.146	1.873	1.273	-
Demais operações	516.146	149	149	-	-
Total	2.073.903	137.183	17.434	119.749	-
dos quais: ativos problemáticos	17.994	98	98	-	-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Aumento nas exposições de concessão de crédito e de títulos.

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R$ milhões **30/09/2026**

	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
Categorias	**Operações contabilizadas no balanço (a)**	**Operações não contabilizadas no balanço (b)**	**Operações contabilizadas no balanço (c)**	**Operações não contabilizadas no balanço (d)**	**RWA (e)**	**Densidade de RWA [e/(c+d)]**
Governos centrais e respectivos bancos centrais	565.402	237	565.402	237	28.633	5%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	9.873	27	9.873	9	6.271	63%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	189.745	12.579	189.745	7.833	71.973	36%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas não financeiras	529.728	202.249	529.728	120.956	512.042	79%
Dos quais: Financiamentos especializados	386	-	386	-	386	100%
Dos quais: outros	529.342	202.249	529.342	120.956	511.656	79%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	32.342	-	32.342	-	68.308	211%
Exposições de varejo	356.150	525.653	356.150	52.836	268.339	66%
Exposições garantidas por imóveis	254.120	4.813	254.120	3.860	111.794	43%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	194.180	535	194.180	295	56.553	29%
Das quais: garantidas por imoveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	*28.367*	1.077	28.367	822	26.531	91%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	14.819	999	14.819	707	13.424	86%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	9.163	427	9.163	261	8.708	92%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	7.591	1.775	7.591	1.775	6.578	70%
Ativos Problemáticos	17.239	2.232	17.239	853	20.903	116%
Outros ativos	69.903	-	69.903	-	65.020	93%
Total	**2.024.502**	**747.790**	**2.024.502**	**186.584**	**1.153.283**	**52%**

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)							30/09/2026
Categoria	**0%**	**20%**	**50%**	**100%**	**150%**	**200%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Governos centrais e respectivos bancos centrais	503.736	23.715	31.995	4.483	19	1.691	-	565.639

Categoria	**20%**	**50%**	**100%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	338	-	735	683	8.126	9.882

Categoria	**0%**	**20%**	**30%**	**50%**	**100%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-

Categoria	**20%**	**30%**	**40%**	**50%**	**75%**	**100%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	61.780	7.535	115.227	1.310	-	1.017	6.399	4.310	197.578

Categoria	**10%**	**15%**	**20%**	**25%**	**35%**	**50%**	**100%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em R$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)										30/09/2026
Categoria	**20%**	**50%**	**65%**	**75%**	**80%**	**85%**	**100%**	**130%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Pessoas jurídicas não financeiras	3.437	64.115	232.230	-	-	68.096	272.208	-	-	10.597	650.684
das quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-	386	-	-	-	386
das quais: outros	3.438	64.115	232.230	-	-	68.096	271.822	-	-	10.597	650.298

Categoria	**100%**	**150%**	**250%**	**400%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	141	3.284	19.696	9.221	-	32.342

Categoria	**45%**	**75%**	**100%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Exposições de varejo	85.099	275.899	251	47.737	408.986

Em R$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)																		30/09/2026
Categorias	**0%**	**20%**	**25%**	**30%**	**35%**	**40%**	**45%**	**50%**	**60%**	**65%**	**70%**	**75%**	**85%**	**90%**	**100%**	**105%**	**110%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Exposições garantidas por imóveis	97	53.960	30.741	91.253	3.138	16.225	3.544	7.612	3.232	402	10.681	2.361	2.325	2.175	11.829	338	4.206	13.843	18	257.980
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	72	53.960	30.741	83.637		16.225		2.102		-	7.646	-	-		-	85,0		-	8	194.475
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	72	53.960	30.741	83.637		16.225		2.102		-	7.646	-	-		-	85,0		-	8	194.476
Das quais: outras	-	-	-	-		-		-		-	-	-	-		-			-	-	-
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.				7.616	3.138		3.544		488			305				253		13.843	1	29.189
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	25	-		-		-		-	2.744	402		2.056	2.105		8.194			-	-	15.526
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	25	-		-		-		-	2.744	-		-	-		-			-	-	2.769
Das quais: outras	-	-		-		-	-	-	-	402		2.056	2.105		8.194			-	-	12.757
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.											3.035			2.175			4.206	-	8	9.424
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários								5.510					220		3.635			-	1	9.366

Em R$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)				
Categorias	**50%**	**100%**	**150%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Ativos Problemáticos	112	11.951	5.931	98	18.092

Categorias	**0%**	**20%**	**100%**	**1250%**	**Outros**	**Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)**
Outros Ativos	4.882	-	65.021	-	-	69.903

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

Em R$ milhões				30/09/2026
Fator de ponderação de risco (FPR) [2]	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio (ponderado pelo FPR) [1]	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	800.325	5.035	56%	803.141
40 - 70%	531.986	346.146	27%	623.953
75%	251.073	267.255	10%	278.260
80 - 85%	62.471	42.927	19%	70.421
90 - 100%	315.250	82.784	66%	369.810
105 - 130%	4.607	207	61%	4.732
150%	28.182	3.436	58%	30.160
200%	1.691	-	-	1.691
250%	19.696	-	-	19.696
400%	9.221	-	-	9.221
1250%	-	-	-	-
Exposição Total	**2.024.502**	**747.790**	**25%**	**2.211.086**

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.
2) Os FPRs aplicados às exposições relativas a participações societárias seguem cronograma definido no Artigo 85 da Resolução BCB nº 229/2022.

O aumento de Exposição Total das tabelas CR4 e CR5 ocorreu, principalmente, pelo aumento na Exposição com pessoas jurídicas não financeiras. A Exposição referente a Participações Societárias é apresentada nos FPRs de 250% e de 400%.

CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB *(Internal Ratings Based)*. O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD),*Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa Nº 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimação do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimação do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimação é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes[1]. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pela Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de*Risk Rating* e *Behavior Score*), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (rating/escore) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimação do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

EAD (em %)	**EAD coberto pelas variadas abordagens**		
	Abordagem Padronizada	IRB Básica	IRB Avançada
Agro	0%	0%	100%
Atacado	0%	0%	100%
Varejo	0%	0%	100%

Carteira	**Componente do modelo**	**Número de modelos**	**Descritivo**
Agro	PD	1	Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações.
	EAD	1	Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento.
	LGD	1	Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado.

Carteira	**Modelo**	**RWA_{CIRB} (%)**
Agro	PD	100%

	EAD	100%
	LGD	100%

[1] Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança

CR8: Informações sobre as variações no $RWAC_{IRB(1)(2)}$

Em R$ milhões	Valores de RWA
RWA no final do período anterior (30/06/2026)	**62.716**
Montante dos ativos	3.466
Qualidade dos ativos	882
Atualizações dos modelos	-
Metodologia e regulação	-
Aquisições e alienações	-
Flutuações de taxas de câmbio	(192)
Outros	-
RWA no final do período (30/09/2026)	**66.872**

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.
2) Considera RWAmodelos internos.

CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco

	30/09/2026			
	RWA			
	RWA - modelos internos	RWA - abordagens padronizadas	RWA Total (a + b)	RWA - abordagem padronizada para todas as exposições
Risco de crédito em sentido estrito	82.044	1.153.283	1.235.327	1.266.447
Risco de crédito de contraparte		38.691	42.380	43.779
Exposições de securitização classificadas na carteira bancária		14.778	14.778	14.778
Risco de Mercado	54.369	6.496	60.865	74.457
Risco Operacional		190.307	190.307	190.307
RWA residual		82.788	82.788	82.788
Total	**136.413**	**1.486.343**	**1.626.445**	**1.672.556**

Risco de Crédito de Contraparte

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R$ milhões					30/09/2026
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA
Abordagem SA-CCR	19.191	14.125	1,4	46.642	33.076
Abordagem CEM	-	-		-	-
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				871.294	5.984
Total					**39.060**

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR)									30/09/2026
Contraparte	**0%**	**10%**	**20%**	**50%**	**65%**	**85%**	**100%**	**150%**	**Outros**	**Total**
Governos centrais e respectivos bancos centrais	417.162	-	31	-	-	-	-	-	1	417.194
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	62	-	-	-	723	-	-	-	-	785
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	82.275	-	2.773	1	-	-	19	1.161	9.250	95.479
Pessoas jurídicas não financeiras	366.363	-	-	-	7.908	1.846	26.296	-	-	402.413
Outras contrapartes	1.379	-	-	-	-	-	247	8	431	2.065
Total	**867.241**	**-**	**2.804**	**1**	**8.631**	**1.846**	**26.562**	**1.169**	**9.682**	**917.936**

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve aumento em exposições em Governos Centrais.

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R$ milhões — 30/09/2026

	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	479.859	339.399
Depósitos – outras moedas	-	1.004	2.463	3.738	24.263	11.160
Título públicos federais	-	-	14.822	-	343.025	426.197
Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	20.912	-	2.157	22.236
Títulos privados	-	-	-	-	3.256	52.153
Ações	-	-	1.309	-	-	1.453
Outros colaterais	-	-	104	-	-	-
Total	**-**	**1.004**	**39.610**	**3.738**	**852.560**	**852.598**

Aumento nos colaterais recebidos e entregues associados a operações compromissadas.

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R$ milhões — 30/09/2026

	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocional		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	22.007	29.526
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	5.958	5.958
Swaps de taxa de retorno total	-	50.233
Valor de nocional total	**27.965**	**85.717**
Valor justo	**4**	**122**
Valor justo positivo (ativo)	93	283
Valor justo negativo (passivo)	(89)	(161)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R$ Milhões	30/09/2026	
	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		3.320
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	12.190	361
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	10.858	354
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	1.332	7
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	7.618	2.943
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	140	16
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-

Queda em exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCP.

Exposições de Securitização

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2026, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R$ milhões **30/09/2026**

	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais:	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.464**	**-**	**15.464**
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	1.688	-	1.688
outras	-	-	-	-	-	-	13.776	-	13.776
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais:	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.344**	**-**	**17.344**
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	14.321	-	14.321
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	3.023	-	3.023
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R$ milhões **30/09/2026**

	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%
Exposições totais	36	24.440	3.416	4.914	1	32.807	1	14.767	11	1.181	1
Securitização tradicional, da qual:	**36**	**24.440**	**3.416**	**4.914**	**1**	**32.807**	**1**	**14.767**	**11**	**1.181**	**1**
Securitização:	36	24.440	3.416	4.914	1	32.807	1	14.767	11	1.181	1
com ativos subjacentes de varejo	-	10.282	2.294	2.887	-	15.464	-	7.960	-	637	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	36	14.158	1.122	2.027	1	17.343	1	6.807	11	544	1
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB Nº 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e

- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R$ milhões	30/09/2026
Fatores de risco	**RWA_{MPAD}**
Taxas de juros	**54.269**
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	10.701
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	12.553
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	31.015
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	**2.822**
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	**4.638**
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	**6.232**
RWADRC	**3.138**
RWACVA	**3.358**
Total	**74.457**

A métrica do Modelo Padronizado (RWAMPAD) aumentou em relação ao último trimestre, principalmente em função das posições expostas a juros pré-fixadosetaxa dos cupons de moedas estrangeiras.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB Nº 111, não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no trimestre atual.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação, com os fatores de risco: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e Var estressado
Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	VaR e Var estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e Var estressado
Banco Itaú Chile	VaR e Var estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e Var estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e Var estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e Var estressado
Erythrina FIDC Segm Infra e Agro Responsabilidade	VaR e Var estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e Var estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e Var estressado
FIDC Kiwify	VaR e Var estressado
FIDC Marobá	VaR e Var estressado
FIDC Mobilitas	VaR e Var estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e Var estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e Var estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e Var estressado
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ECO INVEST BRASIL	VaR e Var estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e Var estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e Var estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e Var estressado
Fundo Kinea Ventures	VaR e Var estressado
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	VaR e Var estressado
Ideal Corretora de Titulos e Valores Mobiliarios S.A.	VaR e Var estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e Var estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e Var estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e Var estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e Var estressado
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	VaR e Var estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e Var estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e Var estressado
Itaú BBA Trading S.A.	VaR e Var estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e Var estressado
Itaú Chile New York Branch.	VaR e Var estressado
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e Var estressado
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	VaR e Var estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e Var estressado
Itau Isento Marco 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	VaR e Var estressado
Itau Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	VaR e Var estressado
Itau Isento Marco 30 FIC De Fundos Incentivados De Inv Financeiro Em Infra RF Resp Limitada	VaR e Var estressado
Itau Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	VaR e Var estressado
Itau Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	VaR e Var estressado
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	VaR e Var estressado
Itaú Unibanco Holding S.A.	VaR e Var estressado
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	VaR e Var estressado
Itaú Unibanco S.A.	VaR e Var estressado
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	VaR e Var estressado
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e Var estressado
Itauba Fiagro Responsabilidade Limitada	VaR e Var estressado
Itauba FIP Infraestrutura Resp Limitada Invest BRL	VaR e Var estressado
ITB Holding Ltd.	VaR e Var estressado
Kinea Atacama FIF RF Resp L	VaR e Var estressado
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliario	VaR e Var estressado
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	VaR e Var estressado
Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada	VaR e Var estressado
Kinea I Private Equity FIP Multiestrategia	VaR e Var estressado
Kinea IMA- B5 Absoluto Fundo De Investimento Financeiro Renda Fixa LP Resp Limitada	VaR e Var estressado

Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	VaR e VaR estressado
Licania Fund Limited	VaR e VaR estressado
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR estressado
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR estressado
Porto De Sergipe II FIDC Direitos Creditorios LTDA	VaR e VaR estressado
Porto De Sergipe III FIDC Direitos Creditorios LTD	VaR e VaR estressado
Porto De Sergipe IV FIDC Direitos Creditorios LTDA	VaR e VaR estressado
Porto De Sergipe V FIDC Direitos Creditorios LTDA	VaR e VaR estressado
Porto De Sergipe VI FIDC Direitos Creditorios LTDA	VaR e VaR estressado
Porto Sergipe I FIDC De Dir. Cred. Resp. LTDA.	VaR e VaR estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	VaR e VaR estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR estressado
Singular Global Fundo de Investimento Financeiro	VaR e VaR estressado
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR estressado
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR estressado
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	VaR e VaR estressado
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 30/09/2026, o VaR representou 46% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 54%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo,

é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}

Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA_{MINT} total
RWAMINT em 30/06/2026	**19.067**	**19.220**	**1.231**	**39.518**
Mudanças nos níveis de risco	(544)	2.277	-	1.733
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	(236)	210	-	(26)
Outros	-	-	1.828	1.828
RWAMINT em 30/09/2026	**18.287**	**21.707**	**3.059**	**43.053**

O RWAMINT apresentou aumento em relação ao trimestre anterior, principalmente em função das posições expostas a taxas de juros pré-fixadas.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R$ milhões	30/09/2026
VaR (10 dias, 99%)	
Máximo	386
Médio	273
Mínimo	181
Final do trimestre	336
VaR estressado (10 dias, 99%)	
Máximo	907
Médio	585
Mínimo	395
Final do trimestre	567

O VaR permaneceu sem alterações relevantes, enquanto o VaR estressado apresentou redução em relação ao trimestre anterior, principalmente em função das posições expostas a índices de preço.

MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético

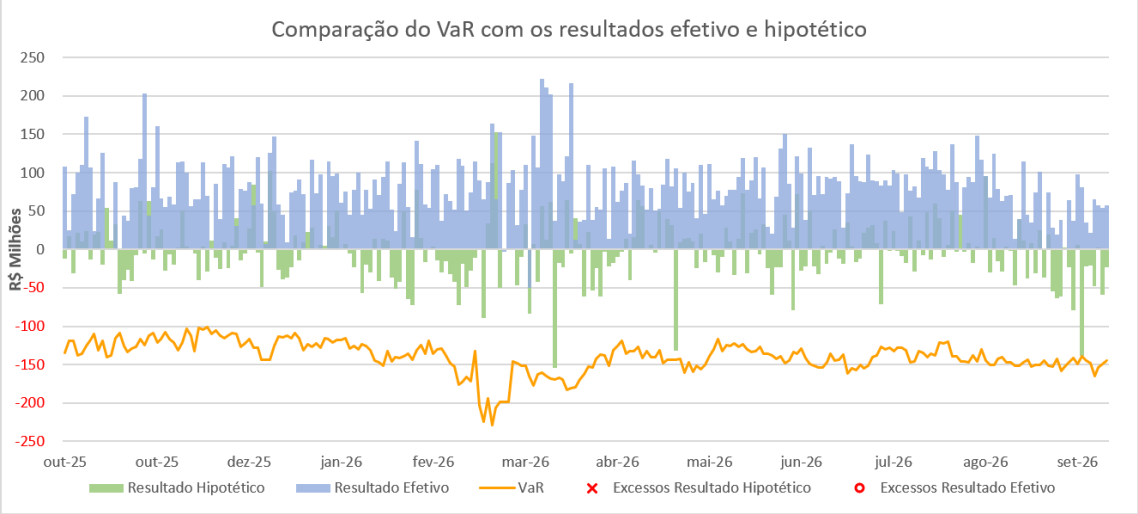
Teste de Aderência

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R$ milhões								30/09/2026
	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central			
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	366.468	(673.553)	32.194	(19.768)	249.023	(340.140)	88.310	(112.108)
Taxas de Câmbio	144.033	(146.255)	62.136	(71.391)	30.046	(50.525)	311.411	(291.988)
Ações	31.040	(25.308)	5.063	(2.828)	1.830	(6.944)	1.532	(1.608)
Commodities	952	(3.089)	3	(3.933)	1.515	(35)	2	(2)

IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- ΔEVE (Delta *Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNII (Delta *Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de ΔEVE e ΔNII. Os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que ΔNII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de ΔEVE e ΔNII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de ΔEVE e ΔNII.

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O ΔEVE e o ΔNII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;

- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;

- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;

ORA - Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional

Políticas e Estratégias de Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional no Itaú Unibanco segue um processo estruturado e contínuo, alinhado à *Política de Gerenciamento de Risco Operacional*, contemplando as seguintes etapas: identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais.

As estratégias adotadas buscam garantir que o risco residual permaneça enquadrado aos níveis de apetite ao risco aprovados pela Alta Administração, considerando mudanças nos ambientes interno e externo, bem como a criticidade dos processos, produtos e serviços.

Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidades

O Itaú Unibanco adota o modelo de **três linhas de defesa**, conforme as melhores práticas do *Institute of Internal Auditors – IIA*:

1. **Primeira Linha**: áreas de negócios e suporte, responsáveis diretas pela identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais inerentes aos seus processos.

2. **Segunda Linha**: representada pela Área de Riscos, sob coordenação da **Diretoria de Compliance & OpRisk (DCOR)**, que tem como missão viabilizar a gestão de riscos operacionais e regulatórios, apoiando de forma independente a 1ª linha e suportando decisões que maximizam valor sustentável para o banco, garantindo conformidade e centralidade no cliente por meio de uma abordagem baseada em riscos. É responsável por supervisionar de forma independente a efetividade do gerenciamento do risco operacional, emitir opinião independente sobre o ambiente de controle e definir metodologias, parâmetros e ferramentas.
3. **Terceira Linha**: exercida pela Auditoria Interna, de forma independente, avaliando periodicamente a adequação e efetividade dos processos de gestão de riscos e controles internos.

O **Chief Risk Officer (CRO)**é responsável por assegurar a adequada estrutura de gerenciamento do risco operacional e pela comunicação com as instâncias superiores de governança.

Sistemas, Rotinas e Procedimentos

A instituição mantém sistemas e rotinas estruturadas para a **captura, consolidação e análise de eventos de perdas operacionais**, bem como para o monitoramento contínuo do ambiente de controle, utilizando técnicas de análise de dados e indicadores de risco. Essas informações subsidiam a avaliação tempestiva de falhas e o endereçamento de suas causas raiz.

Reporte Gerencial e Governança

Os reportes de risco operacional são realizados de forma **periódica e estruturada**, por meio de fóruns de governança, considerando critérios de relevância, materialidade e severidade das perdas operacionais e incidentes.

No âmbito do Conselho de Administração, ocorrem no **Comitê de Gestão de Risco e de Capital**, estabelecido em atendimento à Resolução CMN n° 4.557 de 23/2/2017 e que tem por objetivo apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos, incluindo os riscos operacional e regulatório. Complementarmente, o **Comitê de Auditoria**, que funciona em conformidade com a Resolução CMN n° 4.910 de 27/5/2021, exerce, dentre as tarefas previstas em seu regulamento, o papel de avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e recebe atualização sobre o tema em reuniões periódicas com esta finalidade específica.

Para o Comitê Executivo, os reportes são realizados em fóruns específicos, como na **Comissão Superior de Compliance & OpRisk** (CSCOR) com participação do Presidente do Itaú, dos Membros do Comitê Executivo, que inclui o Chief Risk Officer (CRO) Holding, e do Diretor Executivo da área de Auditoria Interna. Esse fórum, trimestral, tem como funções conhecer os riscos dos processos de negócios e áreas de suporte, avaliar os resultados do Sistema de Controles Internos e definir diretrizes para gestão dos riscos operacionais e regulatórios. Além disso, temos fóruns específicos para cada unidade de negócio de áreas de suporte, os **Comitês de Compliance & OpRisk** (CCOR) com o Membro do Comitê Executivo (MCE), que ocorre pelo menos três vezes ao ano e conta com o MCE responsável pela área e a Diretora de Compliance & OpRisk. Suas atribuições incluem conhecer os riscos da área, dar resposta aos riscos identificados e acompanhar planos de ação para melhoria do ambiente de controle, além de tratar de mudanças metodológicas relevantes.

Eventos relevantes ou exceções significativas podem ensejar **reportes extraordinários** às instâncias de governança, incluindo Diretoria Executiva, Comitês de Riscos, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, por meio dos fóruns anteriormente mencionados.

Estratégias de Mitigação do Risco Operacional

As estratégias de mitigação do risco operacional incluem:

1. Adoção de **respostas estruturadas ao risco**(aceitação, mitigação, transferência ou evitação), alinhadas ao apetite ao risco;
2. **Fortalecimento do ambiente de controles internos**, com monitoramentos, testes e planos de ação;
3. **Disseminação da cultura de riscos, conformidade e ética**, por meio de programas contínuos de treinamento e capacitação;
4. Definição de diretrizes para **terceirização de serviços relevantes**, assegurando controles adequados e acompanhamento dos riscos associados.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento "Relatório de Acesso Público - Política de Gerenciamento de Risco Operacional", pode ser acessado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção "Itaú Unibanco", "Governança Corporativa", "Políticas", "Relatórios"

OR1: Histórico de perdas operacionais

30/09/2026

	T	T-1	T-2	T-3	T-4	T-5	T-6	T-7	T-8	T-9	Média dos últimos 10 períodos anuais
Com limiar de R$ 100.000,00 (cem mil reais)											
Valor de perda liquida	8.793	5.320	3.561	3.651	3.450	4.225	4.524	3.338	5.257	4.289	4.641
Número de eventos de perda operacional	197.113	238.053	261.720	277.275	285.468	291.775	306.076	300.799	292.062	247.717	269.806
Valor total de perdas operacionais da base de perda	-	-	13	11	11	1	-	1	8	3	5
Número de eventos de perda descartados	-	-	116	133	152	41	5	5	26	19	50
Valor de perda líquida considerado eventos descartados	8.793	5.320	3.574	3.663	3.462	4.226	4.524	3.339	5.265	4.292	4.646
Com limiar de R$500.000,00 (quinhentos mil reais)											
Valor de perda liquida	7.431	3.905	2.359	2.349	2.183	3.060	3.007	1.796	3.768	2.816	3.267
Número de eventos de perda operacional	68.136	82.635	90.297	90.925	88.602	89.389	89.912	84.517	76.708	64.135	82.526
Valor total de perdas operacionais da base de perda	-	-	11	10	10	-	-	1	6	2	4
Número de eventos de perda descartados	-	-	38	49	45	4	3	4	10	4	16
Valor de perda líquida considerado eventos descartados	7.431	3.905	2.370	2.359	2.193	3.061	3.007	1.797	3.774	2.817	3.271
Detalhes do cálculo do RWAopad											
Limiar de perda utilizado no cálculo do ILM: R$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)											500.000

1) T corresponde a 31/12/2025, data-base do DRO utilizado no capital vigente para setembro de 2026

OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)

30/09/2026

	T [1]	T-1	T-2
BI e componentes			
Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	62.821		
Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	383.956	382.749	303.084
Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	(329.021)	(315.671)	(224.585)
Ativos geradores de juros (IEA)	2.003.613	1.807.153	1.831.807
Receitas de participações (DI)	25.352	23.208	14.536
Componente de serviços (SC)	60.592		
Receita de serviços (FI)	41.352	41.657	45.177
Despesa de serviços (FE)	(13.897)	(13.234)	(13.303)
Outras receitais operacionais (OOI)	18.613	19.183	14.886
Outras despesas operacionais (OOE)	(19.810)	(22.328)	(11.452)
Componente Financeiro (FC)	23.139		
Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	(26.711)	7.440	7.856
Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	25.284	(1.634)	(493)
Indicador de Negócios (BI)	146.552		
Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	21.833		
Divulgação relativa ao BI			
Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos SC	-	-	-

1) T corresponde a 30/06/2026, data-base utilizada no capital vigente para setembro de 2026

OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

	30/09/2026
Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	21.833
Multiplicador de Perda Internas (ILM)	96,9178%
Requerimento de capital para risco operacional	21.160
RWAopad	264.498

Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- Risco de mercado;

- Risco de crédito;

- Risco operacional;

- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO , podendo impactar a perenidade dos nossos negócios, a resiliência dos nossos ativos e a geração de valor no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático, abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos, em alinhamento às políticas corporativas aplicáveis.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO .

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de primeira linha, representadas pelos negócios, realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas como no time de Crédito. Além disso, áreas de apoio aos negócios como Sustentabilidade e Jurídico Institucional também contam com times especializados, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. As áreas de segunda linha, como Riscos SAC e Controles Internos dão suporte e asseguram a adequada governança das atividades das áreas de negócios e de crédito. Na terceira linha, a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando avaliações da gestão dos riscos, controles e governança. A instituição conta com procedimentos específicos para a gestão dos riscos SAC em sua própria operação (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), nos riscos tradicionais como crédito, investimentos e controladas chave. Esses procedimentos foram desenvolvidos e implementados com base nos princípios de relevância e proporcionalidade e incluem desde a verificação de informações em bases públicas aplicáveis para clientes e fornecedores até a análise individualizada aprofundada para alguns clientes, a depender do segmento ou tipo de produto.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como sobre produtos, operações e serviços que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

Considerando a relevância do risco climático, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua alinhado às suas recomendações.

Além disso, a instituição mensura a sensibilidade do seu portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, que categoriza clientes e setores considerando tanto os riscos físicos (decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos) quanto os de transição (resultantes de mudanças na economia, em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação).

Risco de Conformidade e Operacional

Os riscos de conformidade e operacional são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas de processos internos, pessoas ou sistemas ou pela falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares.

A metodologia que suporta a gestão desses riscos, observa as boas práticas de mercado, tendências e regulamentações aplicáveis, com destaque para os princípios de Basileia, COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies), IIA (The Institute of Internal Auditors) e uso intensivo de inteligência artificial para desafiar o status quo.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco de impacto financeiro, regulatório ou reputacional decorrente de erros na produção de suas expectativas, seu uso ou associado aos dados necessários para sua aplicação.

O uso de modelos vem se tornando cada vez mais presente na instituição, apoiando decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas e pela alta administração até sua conclusão.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 4966, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação da robustez técnica e premissas utilizadas nos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* externos;
- *Backtesting*histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;

- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, com foco no aumento da acurácia analítica, na redução de falsos positivos e no fortalecimento da visão integrada de risco. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem por meio de técnicas avançadas de machine learning e Inteligência Artificial, incluindo IA Generativa, promovendo maior correlação entre múltiplas fontes de informação, maior tempestividade nas análises e investigações, priorização mais eficiente de alertas e apoio qualificado à tomada de decisão, resultando em processos de PLD mais robustos, eficientes e alinhados às melhores práticas regulatórias.

Risco Cibernético

Os riscos cibernéticos são eventos que podem causar perdas financeiras, interrupções operacionais, extração ou danos às informações armazenadas em nossos sistemas. Esses riscos podem ocorrer por meio de invasões realizadas por indivíduos mal-intencionados, infiltração de “*malwares*” (como vírus de computador), contaminação - intencional ou acidental - de nossas redes e sistemas por terceiros com os quais trocamos informações, exploração de vulnerabilidades, acesso não autorizado às informações confidenciais de clientes e/ ou informações proprietárias por pessoas internas ou externas à Organização, além de ataques cibernéticos que comprometam a disponibilidade dos nossos serviços e a integridade das informações.

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento contínuo e resposta imediata a ameaças e tentativas de invasão à nossa infraestrutura. Essas ações asseguram uma gestão eficaz dos riscos, sustentam a transformação digital e estão alinhadas aos principais reguladores, auditorias externas, melhores práticas e certificações de mercado.

Como parte dessa estratégia, adotamos o conceito de proteção de perímetro expandido, que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional. Essa abordagem contempla todo o ciclo de vida da

informação – desde a coleta, passando pelo processamento, transmissão, armazenamento, análise e até sua destruição.

A área responsável por essa estratégia é a **Diretoria de *Cyber Security***, criada em decorrência do desafio de proteger o banco em um ambiente cada vez mais digital, complexo e em constante transformação.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* está disponívelno site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Gestão de Crises e Resiliência Operacional

O Programa de Resiliência Operacional do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos. Para tanto, possui políticas que estabelecem procedimentos, papéis e responsabilidades a serem seguidas pelas áreas do Itaú Unibanco.

O Programa estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o PCN tem definido ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio.

Para que o PCN reflita as prioridades de retomada do ambiente de negócio que suportam a entrega de produtos e serviços, é aplicado o BIA (Business Impact Analysis). O BIA identifica e avalia o impacto nos negócios, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhoria das ações de contingenciamento são realizados exercícios dos planos de contingência durante o ano. A periodicidade dos exercícios é estabelecida pelo gestor dos planos, podendo ser: anual, semestral ou de menor intervalo (bimestral, trimestral, mensal, etc), levando-se em consideração a criticidade do processo ou a complexidade da contingência.

O Programa estabelece um fluxo frequente de aculturamento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem otimizara relação de risco-retorno. As decisões e diretrizes estratégicas e de negócio são definidas com o pleno envolvimento do Conselho de Administração, especialmente via Comitê de Estratégia, e da alta gestão executiva, por meio do Comitê Executivo.

De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos. Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment* Process (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- RWA_{CIRB} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- RWA_{CPAD}- Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPrNB}– montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- RWA_{MINT}- Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- RWA_{MPAD}- Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional
- RWA_{DRC} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para as exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 43.228 de 28 de maio de 2025
- Instrução Normativa BACEN 532 de 24 de outubro de 2024
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução BCB 313 de 26 de abril de 2023
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 5.177, de 26 de setembro de 2024
- Resolução BCB 303, de 16 de março de 2023
- Resolução BCB 356, de 28 de novembro de 2023
- Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021

- Resolução CMN 5.199, de 23 de dezembro de 2024